



## GT 5: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS

### OS TEMAS PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS PLANOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO

Ágatha Tullio (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: agatha.tulio@gmail.com  
Danuta Estrufika Cantoia Luiz (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: danutaluiz88@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho é a sistematização dos resultados da pesquisa documental realizada sobre os conteúdos dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais dos temas Educação e Habitação. Com destaque ao tema participação da Sociedade Civil nos referidos planos, os estudos partiram do pressuposto de que é indispensável a participação de tal categoria em um Estado Democrático de Direito, sendo que, no Brasil, o mesmo é garantido pela Constituição Federal de 1988. Os dados obtidos na pesquisa documental foram categorizados em quadros analíticos, aproximando os conteúdos e possibilitando uma análise quanti-qualitativa dos mesmos. Nesta análise, destaca-se que há a previsão da participação da Sociedade Civil nos planos pesquisados, corroborando com os preceitos legais que regulamentam as políticas públicas, que são o foco desta pesquisa.

**Palavras chave:** Participação, Sociedade Civil, Políticas Públicas.

#### 1. INTRODUÇÃO

Os temas *participação* e *Sociedade Civil* possuem densa relação, e o debate acerca dos mesmos cada vez mais ganha visibilidade, afirmando a importância de tal discussão. A participação é elemento fundamental dentro das Políticas Públicas, pois é ela, especialmente a participação da Sociedade Civil no papel de ator social, interventivo e também de atenção e análise, que provoca a necessidade de tais políticas.

A pesquisa foi realizada através de pesquisa documental nos Planos Nacionais, Municipais e Estaduais referentes aos temas Educação e Habitação, a qual confirmou uma previsão significativa da presença da sociedade civil no interior dos planos. Por serem documentos com força de lei, precisam ser cumpridos e são o principal meio para que, em seus diferentes níveis governamentais, viabilizem o alcance de seus objetivos e a efetivação da participação da Sociedade Civil.

O presente trabalho, visa a apresentação e a discussão dos resultados, sistematizados entre introdução, uma breve explanação sobre os temas Sociedade Civil e Participação, relato sobre as metodologias utilizadas no decorrer da pesquisa, resultados e discussão, e, por fim, as considerações finais, que se resumem nas conclusões feitas a partir dos resultados dos estudos.



## 2. SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO

Como citado anteriormente, ao tratarmos de temáticas em torno da participação da Sociedade Civil, nos deparamos com um vasto acervo de produções e discussões quanto à origem, significados e demais aspectos relacionados aos temas. Especificamente à Sociedade Civil, sua atuação vem ganhando atenção com o avanço dos anos em variadas áreas de pesquisas, visto que a discussão tornou-se indispensável na atualidade.

Apesar de não podermos classificá-la de maneira globalizada, pode-se considerar, em síntese, a expressão *Sociedade Civil* como indicador de um conjunto de organizações que compõem o funcionamento de uma sociedade, como instituições, corporações, cooperativas, associações, grupos, dentre outros, que fazem com que as demandas da sociedade como um todo tenham visibilidade diante do Estado, que tem o dever de atendê-las. Os mais diversos atores sociais são o que incorporam a Sociedade Civil, e devem ser considerados para o fortalecimento da mesma e para a conquista dos seus objetivos, os quais podemos citar a participação, as ações emancipatórias, o combate às opressões, entre outros.

Segundo Giovanella (2008, p. 908), podemos compreender a Sociedade Civil atualmente como “uma relação que envolve uma tomada de decisão (...) na qual o indivíduo propõe-se a interagir com o outro, num convívio que democratiza os espaços comuns (públicos) em qualquer âmbito – familiar, afetivo, cultural, econômico ou político.”

Tais considerações também são observadas nas produções do filósofo italiano Antonio Gramsci, adotada como base para o desenvolvimento da presente pesquisa. A produção gramsciana é, de fato, a mais relevante ao se falar sobre Sociedade Civil. Entendendo-a (resumidamente) como uma noção ampliada de Estado (pois não a considera como uma esfera separada do mesmo, mas em estreita relação), Gramsci sempre percebeu a necessidade de uma fundamentação teórica sobre a sociedade que a auxiliaria na própria organização e tirando o foco da cultura dominante e colocando-o sobre as lutas e conquistas populares.

Considerando a necessidade de desenvolvimento e atuação da Sociedade Civil em diversas instâncias, como por exemplo na política e na economia, surgem algumas questões relacionadas a como a participação da Sociedade Civil está relacionada a tais instâncias, se ela de fato acontece, de que forma e em que espaços, a partir da análise da participação como tomadas de decisões que demarcam a interação entre os indivíduos em espaços públicos, que são comuns a todos, e também em todos os âmbitos nos quais estão inseridos e demais esferas de vivência.

No Brasil, a participação é um direito assegurado da Sociedade Civil na Constituição Federal de 1988 e nas Legislações Infraconstitucionais, e deve ocorrer em todos os níveis de governo: nacional, estadual e municipal, seja através de conselhos, conferências e também pelo voto e participação em eleições, entre outros mecanismos e formas.

Para Montaño (2008, p. 43), a participação é “[...] fundamental para a constituição das políticas sociais - como instrumento que pressiona, que demanda, que conquista políticas, direitos e serviços sociais [...]”. As Políticas Públicas no



Brasil são direcionadas através de Planos que, por terem força de Lei, são documentos que servem como diretrizes para nortear as ações do governo e expressam as políticas públicas em vigor, em todos os seus níveis de governo, construídos com base em suas propostas de governo e nas demandas da sociedade em cada aspecto de necessidade.

### 3. METODOLOGIA

Considerando a necessidade de participação popular e posterior aos esclarecimentos feitos anteriormente, esta pesquisa buscou analisar, como o próprio título do plano de trabalho apresenta, os temas participação da Sociedade Civil nos Planos Nacionais e Municipais das Políticas Públicas referentes à Educação e Habitação, a partir do levantamento e de pesquisa documental nestes planos, atentando-se em quantas vezes a palavra *participação* é citada nos respectivos planos e em quais casos ela está se referindo à participação da Sociedade Civil e suas organizações e instâncias de participação.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, o principal procedimento metodológico foi a pesquisa documental. Adotando a análise dos documentos como principal eixo de pesquisa, a busca pelos planos realizou-se através da ferramenta de pesquisa disponível no navegador da internet Google Chrome. Nesse processo, identificou-se certa dificuldade de localização dos documentos, sendo necessário o contato com pessoas de referências nas áreas abordadas, à obtenção dos planos referentes às temáticas.

O estudo dos planos foi realizado e, em seguida, a busca pelo termo “participação” com o uso do atalho *ctrl+F* para filtragem dos documentos, atentando-se em quantas vezes a palavra participação é citada nos respectivos planos. Estes dados foram sistematizados num quadro que, na sequência, teve seus dados agrupados em um segundo quadro, o qual tratava somente dos resultados em que o termo participação se referia à Sociedade Civil. Por fim, os destaques da pesquisa foram categorizados em um terceiro quadro, dividido por esferas de governo assim como os planos, tratando dos resultados que foram encontrados em maior quantidade durante as buscas, como podem ser observados a seguir, no Quadro 1, referente à categorização de dados coletados nos planos pesquisados.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1-categorização de dados coletados nos planos pesquisados

| EDUCAÇÃO                   |   |
|----------------------------|---|
| Plano Nacional de Educação | Participação da comunidade escolar e da Sociedade Civil em geral, no acompanhamento, na construção, do sistema educacional inclusivo, no planejamento, na aplicação dos recursos, no modelo de organização pedagógica, na gestão, na avaliação de docentes e de gestores escolares; |



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas  
22 a 24 de novembro de 2017**

|   |  |
|---|--|
| Plano Estadual de Educação                      | Participação da comunidade escolar e local, que inclui profissionais da educação, familiares e seus representantes, mulheres, conselhos e gestores escolares, na elaboração, no acompanhamento, em conselhos, na aplicação de recursos, na graduação, na gestão, fiscalização e construção do Plano;   |
| Plano Municipal de Educação                     | Participação da comunidade escolar (pais, alunos, familiares, jovens e adultos, profissionais da educação, entre outros) no acompanhamento, em atividades escolares, no planejamento, na gestão, na organização, construção do sistema educacional, em órgãos colegiados e na formulação de projetos, currículos e planos e na avaliação;  |
| <b>HABITAÇÃO</b>                                |  |
| Plano Nacional de Habitação                     | Participação da Sociedade Civil como os mais diversos segmentos sociais, setores públicos estaduais e municipais, setor privado, agentes e movimentos sociais, associações representativas, fóruns, redes, sindicatos, federações, entidades empresariais, ONGs, Oscips, universidades, entidades profissionais, famílias de baixa renda, de Conselhos, beneficiários, de entidades promotoras, em instâncias de participação, na política de habitação, nos debates sobre o Plano, em Conselhos, nos processos de urbanização e no controle social;                                   |
| Plano Estadual de Habitação de Interesse Social | Participação da Sociedade Civil, citada como famílias, comunidades indígenas, idosos, grupos etários mais jovens, população adulta, população rural e demais setores, na construção, nas decisões, procedimentos, em oficinas e seminários, nos conselhos gestores, nas conferências, nas Políticas Públicas de desenvolvimento urbano, nos canais, estratégias e dinâmicas de participação, na concepção do projeto, na remuneração da mão de obra, no gerenciamento de recursos, no contexto e no histórico do plano em diversas oportunidades de participação nos âmbitos do Plano; |
| Plano Local de Habitação de Interesse Social    | Participação da Sociedade Civil na elaboração do PLHIS-PG, nas ações de governo, implementação e execução das políticas públicas, no planejamento, na gestão, no acompanhamento, nas mais diversas instâncias de participação, no processo de decisão, na política habitacional, na garantia da acessibilidade à informação, no aprimoramento dos processos e dos canais de participação;  |

A análise qualitativa e quantitativa foi fundamental aos resultados aqui presentes. O caráter qualitativo pode ser justificado através do agrupamento dos destaques da pesquisa (observado no quadro acima), que, para elaboração dos mesmos, num primeiro momento, buscou-se aos resultados referentes a expressão participação nos planos pesquisados. posteriormente, a busca e a análise dos resultados sobre participação da Sociedade Civil, principal objetivo da pesquisa. Já o caráter quantitativo pode ser observado, nos apontamentos feitos em relação ao número de vezes que a temática foi observada nos planos.

Ao analisar a participação nos planos referentes à temática Educação, o destaque é em relação à participação da comunidade escolar e da Sociedade Civil em diversos itens contidos nos planos, nos três níveis de governo analisados (Federal, Estadual e Municipal). A exemplo do Plano Nacional de Educação, que apresenta um total de 14 resultados em que o termo *participação* é citado fazendo referência à Sociedade Civil, organizada como comunidade escolar, composta por alunos, seus familiares e responsáveis, docentes e demais atores sociais. Tal dado



foi identificado desde a sua elaboração, como também nos itens de gestão e avaliação de suas ações.

Assim como no Plano Nacional, o Plano Estadual de Educação conta com um total de 13 resultados encontrados durante a análise. Estes resultados se referem à participação da comunidade escolar e comunidade local, nas mesmas características citadas anteriormente no Plano Nacional de Educação; e, no Plano Municipal de Educação, constam 8 resultados sobre participação da comunidade escolar nas mesmas instâncias de participação dos outros dois Planos.

A proximidade de resultados pode ser justificada pela base que o Plano Nacional oferece aos Planos Estaduais e Municipais, sendo que esses dois são derivados de um Plano maior, que é o Nacional, instituído pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

Tais aspectos também são observados nos resultados sobre participação encontrados nos Planos de Habitação em seus diferentes níveis de governo. No Plano Nacional de Habitação, foram encontrados 39 resultados sobre participação, com destaque ao papel da Sociedade Civil como fundamental na construção e implantação do Plano, bem como fiscalizadora e integrante do processo de controle social.

No Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, foram encontrados 44 resultados que tratam sobre a participação da Sociedade Civil nos mais diversos espaços participativos contemplados no Plano. Por fim, tais aspectos também foram observados no Plano Local de Habitação de Interesse Social, que apresentou 27 resultados sobre a mesma categoria de participação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obtidos os resultados, a análise dos destaques apontou uma previsão significativa da participação da Sociedade Civil nos planos pesquisados. É justamente a participação desses diferentes atores sociais, nos mais diversos processos que envolvem as determinações contidas nos planos, que institui e fundamenta o compromisso das políticas em promover espaços e a garantia de participação. O compromisso da Sociedade Civil em cumprir seu papel de fiscalizadora, de monitorar e acompanhar o andamento de tais políticas é sustentado pela participação garantida em tais documentos.

Os achados de pesquisa também nos levam a questionar a efetividade da participação, ou seja, se o que está previsto legalmente nos planos e que orienta as políticas públicas de fato acontece na sociedade e se os referidos atores sociais exercem seus papéis participativos. Para além de tais considerações, tendo em vista a dificuldade de acesso aos planos encontrada durante a pesquisa documental, questiona-se o conhecimento da Sociedade Civil sobre sua função participativa garantida em tais documentos, e como essa dificuldade de acesso pode ser colocada como um impasse à informação e ao reconhecimento de tal função pela Sociedade Civil. Estes aspectos podem ser explorados em pesquisas posteriores e devem ser enfrentadas como um desafio para a sociedade brasileira, na busca pela efetivação dos preceitos democráticos de gestão de políticas públicas.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 13/out/ 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação.** Disponível em:<[http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/285/Publicacao\\_Plan\\_Hab\\_Capa.pdf?sequence=1](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/285/Publicacao_Plan_Hab_Capa.pdf?sequence=1)> Acesso em: 14/out/2016.

GIOVANELLA, L. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Política Social e participação societária.** Sociedade em debate. Pelotas: 2008.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação do Paraná.** Disponível em:<[http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo\\_18492.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo_18492.pdf)> Acesso em: 13/out/ 2016.

PARANÁ. **Plano de Habitação de Interesse Social do Paraná - PEHIS PR.** Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136>> Acesso em: 14/out/2016

PONTA GROSSA. **Lei nº 12.213, de 23/06/2015: institui o Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2025.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2015/1222/12213/lei-ordinaria-n-12213-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-periodo-de-2015-a-2025?q=12213>> Acesso em: 20/out/2016.

PONTA GROSSA. **PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social - Município de Ponta Grossa.** Disponível em: <[http://prolarpmpg.com.br/wp-content/uploads/REVIS%C3%83O2-Produto-3\\_PLHIS\\_Ponta\\_Grossa\\_Estrat%C3%A9gias-de-A%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://prolarpmpg.com.br/wp-content/uploads/REVIS%C3%83O2-Produto-3_PLHIS_Ponta_Grossa_Estrat%C3%A9gias-de-A%C3%A7%C3%A3o.pdf)> Acesso em: 15/out/2016.